

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MAGDA APARECIDA TEODOSIO RIBEIRO

**CULTURA POPULAR NOS PROCESSOS DE ENSINO –
APRENDIZAGEM NA EJA**

CAMPINAS
2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**CULTURA POPULAR NOS PROCESSOS DE ENSINO –
APRENDIZAGEM NA EJA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para o Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos da Faculdade de Educação - UNICAMP sob orientação do (a) Prof. (a) Dr(a) Sônia Giubilei.

Aluno: Magda Aparecida Teodosio Ribeiro

Data: 28/11/2009

Assinatura: _____

Orientadora

2009

© by Magda Aparecida Teodosio Ribeiro, 2009.

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**
Bibliotecária: Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

R354c	<p>Ribeiro, Magda Aparecida Teodosio</p> <p>Cultura popular nos processos de ensino - aprendizagem na EJA / Magda Aparecida Teodosio Ribeiro. -- Campinas, SP : [s.n.], 2009.</p> <p>Orientador : Sônia Giubilei.</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (especialização em Educação de Jovens e Adultos) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.</p> <p>1.Cultura popular. 2. Diversidade cultural. 3. Aprendizagem. 4. Educação de jovens e adultos. 5. Educandos. I. Giubilei, Sônia. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.</p> <p>09-289-BFE</p>
-------	--

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Espiritualidade por estar presente em todos os momentos da minha vida, emanando luz, paz, harmonia e sabedoria para continuar a caminhada na força do Grande Mestre Divino.

À professora Dra. Sônia Giubilei pela dedicação e por sua especial orientação e acompanhamento neste trabalho.

A todos os professores do Curso de Especialização de Jovens e Adultos por tecerem ensinamentos no primeiro dos muitos movimentos nessa modalidade da educação no Brasil.

Aos meus pais por permitirem que eu fizesse parte das suas vidas colaborando na constituição da minha.

À minha amiga Fátima, que abriu espaços de sua vida várias vezes, ajudando a revisar as versões deste texto.

Às minhas colegas professoras que contribuíram com alegria, força e competência de saberes diversos.

Ao Eduardo, pelo apoio em todas as minhas decisões.

Ao Gabriel e à Maria Luíza, pela compreensão das ausências mesmo na presença dos tempos exigidos neste trabalho.

À Gera, pelo auxílio no suporte da sustentação das minhas escolhas.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus educandos jovens e adultos que, através de seus jeitos simples de ser, contribuíram com o meu crescimento profissional.

*Lutar pela igualdade, quando as diferenças nos discriminam,
lutar pelas diferenças quando a igualdade nos descaracterizam.*

Boaventura de Souza Santos

RESUMO

Este estudo se refere a um relato de conceitos, interpretações, vivências e experiências de cunho qualitativo, que envolveu descrições de alunos da EJA, centrado na possibilidade de trazer para a sala de aula os saberes populares, que constituem a bagagem cultural desses sujeitos, contextualizada no ambiente escolar, propiciando a realização de práticas educacionais que identifiquem, analisem e superem as dificuldades de aprendizagens, bem como a viabilização, contribuição e a participação deste educando na construção do seu conhecimento. Como resultado deste trabalho, pôde-se evidenciar manifestações culturais, saberes integrativos oportunizados pelas trocas de experiências dentro da sala de aula que se transforma em palco da convivência entre jovens e adultos de diferentes faixas etárias. Apesar de vivenciarem tempos de aprendizagem desiguais, sofrem as angústias que permeiam a EJA, revelando especificidades desta modalidade de ensino que busca uma reconfiguração, inserindo seus sujeitos no mundo letrado, aproximando a linguagem culta da linguagem popular, reconhecendo que o educando, independente de sua condição de classe social, etnia, religiosidade, gênero e território, expressem através da voz, dos gestos, dos pensamentos, das atitudes, a riqueza dos seus saberes. Esses sujeitos encontram na sala de aula, educadores comprometidos e engajados na luta pela igualdade na diversidade e, conseqüentemente, criando condições à escola, enquanto instituição social, partilhar valores e práticas da sociedade a qual pertence.

Palavras – Chaves: Cultura Popular, EJA, Diversidade cultural, Aprendizagem, Educandos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Capítulo 1: CULTURA POPULAR – IDENTIFICAÇÃO	11
Capítulo 2: A CULTURA POPULAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	14
Capítulo 3: OS EDUCANDOS DA EJA: CARACTERIZAÇÕES	17
Capítulo 4: A CULTURA POPULAR NA VOZ DO EDUCANDO	20
Capítulo 5: A PERCEPÇÃO REALÍSTICA E CRÍTICA DOS JOVENS E ADULTOS	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
BIBLIOGRAFIA	28

INTRODUÇÃO

Trabalhando com jovens e Adultos do Ensino Fundamental e Ensino Médio há mais de vinte anos, com a disciplina de geografia, observei que os educandos dessa modalidade de ensino apresentavam várias dificuldades para se envolver na progressão das aulas o que dificultava a interpretação, execução e memorização dos conteúdos propostos no decorrer do processo de ensino aprendizagem.

Na intenção de compreender e aprofundar as questões das relações e conflitos que se manifestam na sala de aula, sempre apontando a cultura popular como aspecto negativo colaborador de uma desvalorização e inferioridade constantes dos educandos da EJA, decidi intensificar os conhecimentos sobre a cultura popular nessa modalidade de ensino.

O primeiro passo foi identificar a cultura popular, na qual se revelam as expressões demonstradas pelos educandos nas relações interpessoais e nas manifestações atitudinais, individuais e coletivas, dentro da sala de aula. Após um breve histórico do surgimento da cultura popular e do conceito de alguns autores, segue-se para uma compreensão das Políticas Educacionais no Brasil, legalizadas no contexto da diversidade cultural expressa nas ações já desenvolvidas com o objetivo de incluir a cultura popular na Educação de Jovens e Adultos, respeitando as diferenças e oportunizando práticas educativas que valorizem e concretizem a unidade na diversidade nos currículos escolares.

Procurando desenvolver concepções críticas e conscientes sobre a realidade em que vivem, convivem e constituem os universos culturais, seguimos para uma caracterização dos educandos da EJA, suscitando várias indagações sobre seus direitos e a legitimidade destes, na tentativa de perceber e conhecer quem são os sujeitos da EJA, como se apresentam, quais são as faixas etárias constituintes, que funções desempenham, lugares originários, quais são suas perspectivas. Enfim, quem são os educandos da EJA?

Os mais jovens, expostos às vulnerabilidades e fragilidades se esforçam na recuperação do pouco tempo que perderam, dividindo o espaço com adultos que, além do combate ao tempo perdido, avaliam constantemente os resultados de suas ações na esperança de tornarem-se, cidadãos de direito, críticos, participantes do mundo em constante modificação no exercício da cidadania.

Embora inseridos no contexto de maneira subjacente, os educandos da EJA clamam por um espaço que de direito lhes pertence, mas que não foi contemplado. Esforçam-se

incansavelmente na reversão da desqualificação dos seus saberes e na consideração de sua colaboração para a produção do seu próprio conhecimento.

Em meio a esse cenário, a proposta deste trabalho é provocar reflexões prementes que promovam diálogos entre os educadores na busca do rompimento de padronizações e uniformizações de práticas docentes, que afastam a linguagem popular da linguagem culta, valorizando a bagagem cultural que o educando da EJA possui e viabilizando a integração desses valores às propostas curriculares disciplinares.

Como pesquisa qualitativa, o trabalho envolveu uma entrevista individual com alunos da Educação de Jovens e Adultos matriculados no ano de 2009 no 3º Termo, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Leão Vallerié, situada na cidade de Campinas.

Os alunos entrevistados e relacionados neste trabalho, foram nominados de forma fictícia e suas impressões, manifestações e opiniões poderão ser profundamente discutidas no processo de ensino aprendizagem da EJA. Demonstrem atitudes contundentes, elucidando o que esperam dessa modalidade de ensino. Clamam por oportunidades de expressarem a sua voz para além dos recortes lingüísticos, tecendo suas visões de mundo, assumem uma postura política frente a essa questão educacional nacional.

CAPÍTULO I

CULTURA POPULAR – IDENTIFICAÇÃO

O conceito de cultura popular tem diferentes significados e interpretações. Desde o seu surgimento até os nossos dias, vários historiadores e autores se dedicam ao seu estudo e a sua definição.

A noção de cultura popular é relativamente recente, tendo surgido na Europa com o movimento romântico no início do século XIX, justamente quando houve um distanciamento entre cultura de elite e cultura popular.

Segundo Tomazi (1993), o historiador inglês Burke (1989) relata que nesse momento, os intelectuais europeus passaram a se interessar pelos hábitos e tradições do povo. Visitavam as casas e as festas dos artesãos e camponeses para ouvir e aprender suas histórias e canções. A maioria desses intelectuais descendia das classes superiores, que não conhecia o povo. Imaginavam-no natural, simples, analfabeto, irracional, enraizado na tradição e na terra, sem nenhum sentido de individualidade, despertando assim o interesse em conhecê-los.

Esse movimento de valorização do povo pelos intelectuais, observa Tomazi (1993), teve razões estéticas, intelectuais e políticas. O movimento tinha uma característica de revolta contra a “arte” entendida como algo artificial. Foi também uma reação contra o Iluminismo de Voltaire.

Conforme Burke (1989), o Iluminismo não era apreciado em países como Alemanha e Espanha, porque se originara na França e representava assim, uma situação de domínio cultural estrangeiro. A busca pela cultura popular em países como esses significava uma forma de oposição à dominação estrangeira, bem como à ascensão do nacionalismo, já que as tradições populares representariam a essência do povo de cada país.

Outro motivo para os intelectuais europeus voltarem-se para o povo, relata Tomazi (1993), foi o caráter sociológico que o estudo dos usos e costumes foi adquirindo no século XVIII. A descoberta de outros povos e a diversidade de suas crenças e práticas, eram extremamente atrativas. A pesquisa cultural, aproximaria os intelectuais do estudo dos camponeses de seus próprios países, já que eles possuíam crenças, hábitos, tradições e costumes bem diferentes dos seus.

Objetivando a preservação e a memória, os pesquisadores foram registrando por escrito a produção cultural e artística daquele povo.

É fundamental observar, que ao se fazer adaptações ou transformações para outra língua e/ou registrar as histórias contadas pelo povo, normalmente se perde muito. Esse fato demonstra que há interferência na própria seleção e transcrição desse material.

Muitos pesquisadores relacionam cultura popular a folclore, sustentando o conceito de uma manifestação tradicional e imutável, onde não há interferências estrangeiras, busca uma proximidade natural, pura e primitiva, mantendo a sua conservação. Para o antropólogo Arantes (1980), cultura popular e folclore servem à mesma realidade, mas, o termo folclore tem uma conotação mais conservadora e cultura popular é um termo mais progressista. Para Brandão (2002), a denominação folclore, foi crescendo ao longo do tempo, associando à maneira de viver do povo, seus hábitos, seus costumes, sua capacidade de criatividade, passando a incorporar não só as manifestações festivas, mas também o seu cotidiano. Assim, segundo Brandão (2002), cultura popular e folclore têm a mesma representação. Destacamos que esses dois autores consideram a cultura popular mutável, possibilitando a incorporação de vários elementos e a conseqüentemente transformação.

Pode-se entender, que a cultura popular pôde servir de elemento constituinte básico para a formação de qualquer unidade nacional, oferecendo a esta, uma memória, uma história a ser compartilhada e vivificada por toda a população. Cultura popular seria então um conjunto de práticas culturais exercidas intensamente pelas camadas mais baixas de uma determinada sociedade. E, com o tempo, foi incorporando vários elementos criados e transformados pelo povo, renovando-se e reestruturando-se.

O Brasil que tem como essência básica da cultura, durante os séculos de colonização, a fusão primordial entre povos indígenas, europeus e escravos trazidos da África, se complementa a partir do século XIX, com a imigração dos europeus não-portugueses e povos de outras culturas, como árabes e asiáticos, adicionando novas características ao panorama cultural brasileiro. De maneira geral todos esses povos contribuíram para a cultura brasileira em vários aspectos como: dança música, religiosidade, literatura, culinária, idioma, etc.

No Brasil, quando falamos em cultura popular, automaticamente somos levados a pensar em festas folclóricas como: carnaval, São João; em personagens como: Negrinho do Pastoreio, Saci-Pererê; em religião como as afro-brasileiras; em músicas como: samba, forró, sertaneja; Literatura de Cordel; Artesanato como vasos de barro cozido; Comidas típicas como acarajé, vatapá e feijoada.

Mas a cultura brasileira se resume a esses aspectos? É a construção de uma visão simplista, se constituindo apenas desses elementos visíveis? Se quisermos entender a cultura popular brasileira, devemos considerar as relações que todos esses elementos estabelecem na sociedade a que pertencem, pois a produção cultural está intimamente relacionada à produção material de uma sociedade, influenciando-a e sendo por ela influenciada, desenvolvendo assim uma identidade nacional.

CAPÍTULO 2

A CULTURA POPULAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Buscar compreender as relações que se estabelecem entre as Políticas Educacionais no Brasil, mais especificamente, a política de educação de jovens e adultos e a diversidade cultural, exprime a reconstituição das impressões de todas as ações já desenvolvidas em torno da educação popular, dos programas, dos projetos e das campanhas de massa realizados no território nacional.

As ações de educação sempre estiveram presentes no contexto brasileiro. No período colonial, podemos encontrar as primeiras formas de educação junto ao público adulto, principalmente indígenas e negros, realizadas pelos jesuítas através da catequização. Com a intenção de difundir o catolicismo através do enternecimento das resistências indígenas e do combate aos cultos africanos, transformando-os em cristãos submissos e obedientes. (PAIVA, 1983).

Somente em 1882 com a Lei Saraiva, segundo Amaral (2000), a escolarização passa a se tornar critério de ascensão social, incorporada à Constituição Federal de 1891, em que se restringira o voto ao analfabeto, recrutando apenas os eleitores e candidatos que possuíssem as técnicas de leitura e escrita e não somente pelo critério de renda como ocorria anteriormente.

Esta decisão favorecia apenas setores médios emergentes que tinham na instrução uma ferramenta de ascensão social e política, relacionando analfabetismo à incapacidade e incompetência.

Muitas campanhas de massa de âmbito nacional ocorreram no país nos anos:

- *1947 – Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes – do governo Dutra
- *1952 – Campanha Nacional de Educação Rural – do governo Vargas
- *1958 – Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – do governo Juscelino Kubitschek .
- *1962 – Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo – do governo Jânio
- *1963 – Comissões de Cultura Popular – do governo Jango

*1964 – Cruzada ABC – na vigência dos governos autocrático-militares pós-64

*1967 – Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)

Todas essas campanhas e mobilizações ocorreram em períodos determinados segundo Amaral (2000), reproduzindo momentos de otimismo seguidos de queda nos índices qualitativos e quantitativos. Dentre elas, a Comissão de Cultura Popular foi a única que manteve um caráter integrador e uma perspectiva modernizadora. Presidida pelo educador Paulo Freire que valorizava o aprimoramento da cultura popular considerando as peculiaridades e diversidades regionais e socioculturais, diferindo das várias iniciativas de alfabetização e educação de adultos anteriores e posteriores.

O método de Paulo Freire, propõe uma educação dialógica que valorizasse a cultura popular e a utilização de temas geradores. Os movimentos inspirados neste método, procuravam a conscientização, a participação e transformação social, por entenderem que o analfabetismo é gerado por uma sociedade injusta e não igualitária.

Neste contexto foi se transformando a perspectiva de se fazer EJA no Brasil. Por influência de Paulo Freire, as políticas de EJA puderam demonstrar especificidades culturais, econômicas e sociais. A diversidade cultural passa a ser identificada e reconhecida como aspecto primordial para se pensar e fazer Educação de Jovens e Adultos.

Os jovens e adultos que recebemos nas escolas, trazem grande bagagem de conhecimentos adquiridos ao longo de suas histórias de vida. Não podem ser ignorados ou esquecidos na sala de aula. O caderno de Orientações Pedagógicas para as classes de EJA, desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) em 2001, intitulado “Trabalhando com Educação de Jovens e Adultos: Alunos e Alunas de EJA” ressalta que,

O papel do (a) professor (a) de EJA é determinante para evitar situações de novo fracasso escolar. Um caminho seguro para diminuir esses sentimentos de insegurança é valorizar os saberes que os alunos e alunas trazem para a sala de aula. O reconhecimento da existência de uma sabedoria no sujeito, proveniente de sua experiência de vida, de sua bagagem cultural, de suas habilidades profissionais, certamente, contribui para que ele resgate uma auto imagem positiva, ampliando sua auto-estima e fortalecendo sua autoconfiança BRASIL, (2001, p.18-19).

Os jovens e adultos já possuem alguns conhecimentos sobre o mundo letrado, trazendo consigo uma compreensão do mundo nas mais diversas extensões de práticas sociais. Ensinar na perspectiva de leitura do mundo, é respeitar esses saberes de que fala Freire (1990), é valorizar a sabedoria que resulta das experiências culturais, para possibilitar que eles avancem

para além de suas crenças em torno de si . É necessário permitir que esses saberes penetrem na sala de aula, com o objetivo de contribuir para a construção de ambientes adequados, promovendo situações que identifique esses sujeitos de conhecimento.

O objetivo de incluir a cultura popular nas salas de aula da Educação de Jovens e Adultos, é contribuir para que se exercite o respeito pelas diferenças que são universais e que estão presentes em seus agentes, oportunizando práticas educativas que apresentem a unidade na diversidade. Freire desenvolve sua proposta de alfabetização com base no que denomina de temas geradores.

A pesquisa do que chamava de universo vocabular nos dava assim as palavras do Povo, grávidas de mundo. Elas nos vinham através da leitura do mundo que os grupos populares faziam. Depois, voltavam a eles, inseridas no que chamava e chamo de codificações, que são representações da realidade. (FREIRE, 2001, p. 20)

Contudo, é necessário desenvolver concepções críticas e conscientes sobre a realidade em que vivemos, enfatizando e valorizando um maior conhecimento dos universos culturais dos alunos, promovendo diálogos entre temas pertinentes, rompendo com a padronização e uniformização de práticas docentes cotidianas.

CAPÍTULO 3

OS EDUCANDOS DA EJA: CARACTERIZAÇÕES

A educação de Jovens e Adultos no Brasil demonstra uma característica cada vez mais diversificada conseqüente dos sujeitos que nela se insere ano após ano. São várias as indagações que surgem neste contexto, na tentativa de explicar a situação em que se encontra esta modalidade de educação popular na atualidade.

A Constituição Federal de 1988 garante educação para todos: “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família...” (Artigo 205) e ainda, ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive sua oferta garantida para todos que a ele não tiveram acesso na idade própria. (Constituição Federal de 1988 – Artigo 208). E, segundo a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, de 20 dezembro de 1996, que estabelece “O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de ensino, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. (Artigo 4). No seu artigo 37, refere-se à educação de jovens e adultos determinando que “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. No inciso 1º, deixa clara a intenção de assegurar educação gratuita e de qualidade a esse segmento da população, respeitando a diversidade que nele se apresenta.

De acordo com a Constituição de 1988 e com a LDB nº 9.394, os jovens e adultos são assegurados no direito de usufruir da escolarização. Portanto, independente das especificidades dos tempos da vida - juventude e vida adulta - e das especificidades dos sujeitos que nessa modalidade se encontram. Mas, quem são esses sujeitos ? Quem são esses jovens-adultos? O que buscam na escola?

São pessoas que se encontram à margem da sociedade, por fatores sociais, educacionais e que ainda alimentam grande parcela da população brasileira que vive apoiada no suporte da exclusão. São mulheres, homens, jovens, idosos. Muitos migraram de outras regiões, outros estados, outras cidades, deixando seus familiares, seu trabalho, seus pertences, seu lugar. Vieram para a cidade “grande”, acreditando na possibilidade de mudar de vida, construir uma vida, continuar suas vidas. Se deparam com inúmeras dificuldades, a convivência com o novo: o novo trabalho, o novo bairro, nova gente, novos outros, outros sotaques, outros costumes, outras tradições. Lutam diariamente contra a saudade que dói no peito, que persiste na memória. Mas sabem que para vencer e continuar sua história, devem

fechar as cortinas do passado, conformar com a realidade e retomar a identidade. Apropriam-se das novas ferramentas que a vida oferece buscam um futuro promissor, despindo-se das vontades e mergulhando-se nas necessidades.

É nessa perspectiva que se empenham para atingir o objetivo. Desempenham várias funções: são cozinheiras, faxineiras, diaristas, operários, lavradores, pedreiros, lixeiros, servente, camelôs, etc. Todos, úteis para o desenvolvimento deste “nosso” país que insiste em vê-los como carentes, desajustados e incapacitados.

Os jovens que engrossam essa massa de alunos, ainda sofrem com um outro agravante: a vulnerabilidade e a fragilidade. O grupo tem passado mais tempo na casa dos pais na condição de dependentes, tem dificuldade de inserção no mercado de trabalho, experimentam fragilidades nas relações afetivas (casamento/descasamentos; fecundidade precoce como uma forma de inserção no mundo adulto). (VOLPE, 2008). Mas, em contrapartida é visto como mola propulsora da mudança social.

Os jovens e adultos não podem continuar sob esses olhares que tanto limitam e desenvolvem mecanismos impedindo a superação das dificuldades vivenciadas nessas trajetórias de negação aos direitos já conquistados porém não concretizados. Este olhar que os providos de nível de escolarização superior atribui à estes que vivem marginalizados por estar inclusos nesta modalidade de ensino, determinam uma posição perversa dificultando a ascensão ou até mesmo a conclusão dos cursos da EJA, apesar de depositarem na EJA, a esperança da garantia de um emprego melhor, uma posição mais confortável na escala social, uma maior possibilidade, muitas vezes, de inserção no mercado de trabalho.

Durante o processo de aprendizagem do jovem e do adulto na EJA, há uma determinada prática que reforça a questão de insatisfação do aluno adulto nesta modalidade que, infelizmente, intensifica a discriminação sofrida por esses sujeitos. Ao matricular-se nos cursos da EJA estes, encontram salas de aulas montadas para crianças, materiais didáticos utilizados na aprendizagem de crianças, e ainda, professores que desenvolvem métodos que são utilizados na educação de crianças. Não oferecendo para esse aluno, ferramentas voltadas para o seu tempo real de vida.

Pelo fato das escolas não serem adaptadas aos adultos e às suas necessidades, pois a educação de crianças recebe uma atenção maior tanto do poder público quanto da escola que em geral, cedem seus espaços aos jovens e adultos que são vistos, como sujeitos que estão usufruindo da escola e desse direito pela segunda vez, e que, “qualquer” ambiente seria agregador. O que acaba, infelizmente, desestimulando o educando, que não se sente tratado e

respeitado como pessoa, cidadão e aluno que já possui uma grande bagagem de experiência acumulada em sua vida. Na sua insatisfação, reclamam das relações estabelecidas entre eles e o professor, quando se referem à linguagem utilizada, aos gestos demonstrados, às metodologias cotidianas e, ao tratamento dispensado pelos profissionais da educação. O que acaba reforçando o seu desinteresse pelos estudos, muitas vezes chegando à evasão.

Segundo Gusmão (1978), o adulto não quer ser tratado como uma criança, quer ser tratado como adulto em seu próprio tempo de aprendizagem. A sua perspectiva sobre educação se torna muito limitada causando uma determinada fragilidade ao invés de sentir-se seguro do seu papel de adulto. Sem contar, que as próprias limitações naturais afloradas nas características físicas, como deficiência auditiva, alterações visuais, dificuldade de locomoção, memorização, exercícios motores, comprometem a sua aprendizagem. Portanto é necessário reconhecer o adulto como adulto respeitando-o e tratando-o como tal.

Devemos refletir sobre as possibilidades de transformar a escola e construir uma EJA considerando “quem” são esses sujeitos, valorizando seus interesses, conhecimentos, sua bagagem cultural, que nem sempre é valorizada pela cultura escolar (VOLPE, 2008). Os olhares sobre esses jovens e adultos não podem ser de excluídos, carentes, evadidos que perderam a primeira oportunidade de escolarização e estão em busca da segunda oportunidade. De acordo com Arroyo, esse olhar tem que ser revisto:

A EJA somente será reconfigurada se o direito à educação ultrapassar a oferta de uma segunda oportunidade de escolarização, ou na medida em que esses milhões de jovens-adultos forem vistos para além dessas carências. Um novo olhar deverá ser construído, que os reconheça como jovens e adultos em tempos e percursos de jovens e adultos. (ARROYO, 2006,p.23).

Nesse sentido, favorecer a participação desses “sujeitos”, com suas atitudes, linguagens, diversidades culturais, fazer uso da sua experiência e fazê-lo participar dos seus próprios estudos é permitir a garantia de seu direito à educação e possibilitar que a escola, enquanto instituição social, partilhe dos valores e práticas da sociedade a qual pertence.

CAPÍTULO 4

A CULTURA POPULAR NA VOZ DO EDUCANDO

A reflexão sobre as diversidades presentes na sociedade contemporânea já não nos permite pensar em cultura popular sem valorizar os saberes que os educandos da EJA, independente de sua condição de classe, etnia, religião, gênero, território, trazem para o ambiente da sala de aula. Homogeneizar esses aspectos, a partir da seleção de atividades e conteúdos somente relacionados às práticas tradicionais e excludentes, acaba por invisibilizar as diferenças culturais e as discriminações sofridas pelos jovens e adultos da EJA em seu cotidiano. Cabe ao professor promover ambientes e situações nas quais os alunos possam expressar toda essa riqueza acumulada na sua trajetória de vida. (ARAÚJO, 2008)

Para a maioria dos jovens e adultos que frequentam as salas de EJA, a inserção na sociedade letrada vem acompanhada de uma intensa desqualificação de seus saberes, valores e linguagens. Diferenças culturais que, tratadas pelos outros como deficiências, levam a discriminações contribuindo para despotencializar esses sujeitos, oriundos de espaços deformadores e formadores onde participam, segundo Arroyo (2006). Ocupam espaços de lazer, de trabalho, de cultura, de sociabilidade, fazem parte de movimentos de luta pela terra, pelo teto, pelo trabalho, pela cultura, pela dignidade e pela vida.

Muitos desses jovens e adultos começaram a trabalhar ainda na infância. Trabalhavam para reforçar o orçamento familiar ou mesmo para garantir sua sobrevivência. Lutaram e lutam diariamente, correm de um lado para outro, saem de casa bem cedo, trabalham o dia todo, ao final da tarde suportam ônibus lotados, vão para a escola muitas vezes sem comer, ou tomar banho. Exaustos da batalha cotidiana enfrentam a sala de aula. E nesse espaço, buscam a realização do seu sonho. Como nos diz Freire (1996):

Sonhar não é apenas um ato político necessário, mas também uma conotação da forma histórico-social de estar sendo. Faz parte da natureza humana, que dentro da história se acha em permanente processo de tornar-se (FREIRE, 1996: 31).

Como um ser inserido no mundo em constante movimento e transformação, sonha com o exercício da cidadania, como um cidadão que exerce sua participação popular, pelo sentir, pelo pensar, pela “voz”. A voz do direito de perguntar, de criticar, de sugerir. É nessa situação possibilitada pela educação, que o educador vai interagir com o educando,

explorando palavras, frases, modos de falar, de cantar, enfim que revele o que esse protagonista agregou a sua vivência. Dessa forma, os educandos têm a possibilidade de expressar através da linguagem os aspectos da cultura popular presentes em seu dia-a-dia.

A vivência da diversidade de experiências que se troca na sala de aula, viabiliza a transformação da cultura popular que traz um legado significativo consequente da incorporação de elementos, desde a colonização do Brasil até os dias atuais. As contribuições do negro, do indígena e do europeu forneceram subsídios que além de enriquecer o cenário cultural nacional, propicia características regionais e locais que dentro e/ou fora do ambiente escolar reflete no perfil do educando. Em relação a sua maneira de falar, de vestir de agir e de se comunicar.

A comunicação inicialmente ocorre meio tímida, acompanhada de nervosismo e insegurança. A maioria dos educandos, principalmente os adultos, sentem-se envergonhados na exposição de seus pensamentos, reprimem suas idéias, bloqueiam seus argumentos e, às vezes, negligenciam seus saberes. São envolvidos por uma inferioridade causando desconforto. O contato com o jovem, resultante da relação de troca de experiências no ambiente escolar, o adulto sente-se valorizado enaltecendo os saberes que lhe acompanham.

Como conjunto de práticas culturais exercidas através das manifestações de um povo, a cultura popular perpassa todos os momentos da nossa história, agregando elementos que constitui um legado intrínseco nas expressões do povo. Seja ele adulto em busca do tempo considerado “perdido”. Seja ele jovem, com seu comportamento desprendido, utilizando “gírias”, exibindo piercings e tatuagens (DAYRELL, 2006), somando vivências adultas a inquietações juvenis, formam uma voz no processo de ensino-aprendizagem que, às vezes, revela-se dissonante, mas na verdade procurando se instalar no espaço que lhe é devido e não contemplado.

A dificuldade em compreender o que os educandos estão dizendo, está relacionada mais com nossa postura do que com as questões educacionais. Abraçamos os velhos modos de pensar, agir, nos prendemos às nossas verdades impossibilitando a visualização do “outro”. Não aceitamos que o educando da EJA seja capaz de produzir conhecimento, organizar e sistematizar pensamentos (VALLA,1998). Cabe aos educadores, desenvolver mecanismos para entender quem está falando, o que está sendo dito através dessas manifestações dentro e fora da escola e buscar uma aproximação progressiva do padrão culto do padrão popular.

CAPÍTULO 5

A PERCEPÇÃO REALÍSTICA E CRÍTICA DOS JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos que exhibe no seu contexto sujeitos com faixa etária diversificada, iniciando com dezesseis anos e perpassando por todas as idades acima desta, revela-se distinta em suas especificidades, denotando através de uma entrevista realizada em três segmentos. São eles: Alunos de 16 a 24 anos, de 25 a 49anos e de 50 a 60 anos, evidenciando quem são os educandos da EJA e o que pensam desta modalidade de educação, no qual manifestam suas atitudes, seus desejos e seus anseios característicos dos seus tempos de aprendizagem.

1ª Categoria: Razões de estar na EJA

A inserção do jovem entre 16 e 24 anos na EJA, revelou que eles sabem dos direitos de aprender, evoluir, e que a convivência com os adultos, trazem uma aprendizagem que colabora com a produção do conhecimento, apesar da convicção da perda do tempo com repetências e evasões.

Para os adultos de 25 a 49 anos, o mercado de trabalho exige uma competência que só através da escola poderá ser alcançada. Algumas atitudes tomadas precocemente como: desistência da escola, casamento muito jovem, maternidade, mudaram o caminho desses adultos. Porém, hoje sabem o que querem, se apropriam do livre arbítrio e fazem valer as suas vontades buscando realizar suas necessidades.

Os adultos com idade de 50 a 60 anos, encontram na EJA uma forma rápida e fácil para atingir os objetivos. Tentam acompanhar a evolução do mundo, as novas tecnologias, sabem que perderam muito tempo, justificam com prioridades necessárias de um passado perverso, excludente, discriminador e desmotivador.

2ª Categoria: Expectativas quanto ao Curso

As expectativas dos alunos do primeiro segmento, demonstraram que mesmo sofrendo vulnerabilidades, fragilidades e estarem sob olhares limitados que impedem a superação das dificuldades, lutam para transformar seus espaços, convivendo com pessoas mais “velhas”,

aprendendo com suas experiências possibilitadas por momentos de aprendizagens que possivelmente será praticado em um futuro próximo. Na constituição familiar, no exercício do trabalho, e na construção do pensamento crítico, associado ao conteúdo transmitido pelos professores de cada disciplina.

Os alunos do segundo segmento dos 25 a 49 anos, sabem que apesar da dedicação, concentração e compromisso com a escola, o curso não oferece suporte suficiente para competirem com alunos que cursaram o ensino regular. Os conteúdos na EJA, são transmitidos de forma compacta (6 meses) e seletiva, eliminando, na maioria das vezes, conhecimentos que serão exigidos em um curso acadêmico, no qual permaneceriam à margem. Apesar de acreditarem que a persistência é a mola propulsora na luta contra o determinismo imposto pela sociedade, revelam que o sonho faz parte da natureza humana (FREIRE,1996) e que dentro da história se acham em permanente processo de tornar-se.

Os alunos do terceiro segmento dos 50 a 60 anos, esperam absorver tudo o que os professores transmitem através dos conteúdos. Empenham-se no combate ao atraso que se instituiu com o tempo fora dos espaços escolares, acreditam que a convivência com pessoas “cultas” (professores), incorpora elementos que colaboram com a produção do conhecimento intelectual que, conseqüentemente, servirá de subsídio na argumentação e posicionamento numa sociedade que pouco valorizou o seu saber cultural.

3ª Categoria: Contribuição na sala de aula

Os educandos do primeiro segmento sabem que a contribuição é conveniente para o bom andamento do curso. A fala mais alta, o caminhar constantemente pela sala de aula, as brincadeiras excessivas, incomodam os “mais velhos”. Eles sofrem sanções por infringirem regras que na convivência, foram demonstradas importantes na aprendizagem dos adultos que trazem características específicas da sua idade, como: deficiência auditiva, dificuldades motoras, memorização lenta, etc. Ainda assim, querem mudar o ambiente. Julgam importantes suas colaborações. Revela Adriano: “Trago alegria com as minhas palhaçadas, alegro as pessoas. Os adultos são muito quietos e tristes”.

Os adultos de 25 a 49 anos, trazem suas experiências de fracassos que por assumirem posturas anteriores semelhantes a dos alunos mais jovens, voltaram agora com uma outra visão, sentem-se exemplos para aqueles que pretendem desistir ou que não valorizam a oportunidade recebida.

Os alunos do terceiro segmento de 50 a 60 anos, acreditam que por não dominarem o mundo letrado, contribuem pouco, mas, significativamente. As suas histórias de vida, são constituídas por vastas experiências. Foram vários trabalhos, revelando suas habilidades profissionais, migrações impostas pelas condições econômicas, capacitando-os a conviver com o novo, propiciando um recomeçar constante, fortalecedor das suas atuais posturas e dessa persistência em influenciar os jovens. Apesar do cansaço físico que reflete as poucas horas dormidas e a carga exaustiva do trabalho cotidiano.

4ª Categoria: Aprendizagem Junto: Jovem e Adulto

Os alunos de 16 a 24 anos, veem positivamente a aprendizagem com o outro. Acreditam que em uma sala de aula da EJA, até o professor aprende, pois é diversificada a faixa etária. E, nesta situação o professor tem que ser flexível nas suas práticas pedagógicas. O resultado disso, aparece na convivência conforme relata Marcelo: “Cada um vive um pouco a vida do outro, conversando e criando novos meios de viver melhor, só que na sala de aula, aprendendo.”

A aprendizagem para o aluno do primeiro segmento é mais fácil. Segundo os alunos de 25 a 49 anos, que sentem-se cansados pelo trabalho, pelas atribuições de suas vidas e que, conseqüentemente, dificulta a aprendizagem. Mas, concordam que a ajuda é recíproca. Facilitam as possibilidades de aprendizagem, favorece um ambiente confortável e resgata uma auto imagem positiva, ampliando a auto – estima dos adultos e fortalecendo sua auto confiança (BRASIL, 2001). Relata Geovana: “É importante misturar as idades para os adultos não se sentirem excluídos demais”.

Para os alunos do terceiro segmento a aprendizagem acaba ficando um pouco comprometida, pois os jovens são mais agitados, apresentam dificuldades para se concentrarem, vivem em um mundo diferente do mundo do adulto, e conseqüentemente conversam demais, atrapalhando o desenvolvimento da aula. Concordam porém, que o adulto tem que ser mais compreensivo, que todos aprendem convivendo num mesmo espaço. Relata Maria: “Do jeito deles, tentam recuperar o pouco tempo que perderam, junto comigo que tento recuperar o muito tempo que perdi. Estamos dispostos a seguir em frente, juntos”.

5ª Categoria: Dificuldade na Aprendizagem dentro e fora da sala de aula

Os alunos de 16 a 24 anos não apresentam dificuldades dentro da sala de aula. Apesar das repetências e evasões, percebem a importância deste momento pelo qual passam em suas vidas. Afirmam que fora dela estão expostos às vulnerabilidades e fragilidades da juventude atual, e que neste contexto, esforçam-se intensamente para sustentar suas escolhas contraditórias à sua origem. Oriundos de periferia, trazem o rótulo de desqualificação de saberes, valores e linguagens que vivenciam nos espaços deformadores e formadores no qual participam. (ARROYO, 2006).

Para os alunos de 25 a 49 anos, a conversa dos mais jovens, a falta de concentração, a busca na memória de pré-requisitos adormecidos pelo tempo e o vocabulário composto de uma linguagem culta, utilizada pelo professor, são os maiores obstáculos dentro da sala de aula. E fora dela, a dificuldade para competir, principalmente em relação ao emprego. A dificuldade na sala de aula para os alunos do terceiro segmento, apresenta-se no acompanhamento da escrita e raciocínio rápido do jovem. Os adultos de 50 a 60 anos manifestam características físicas limitadas relacionadas à idade. E fora da sala de aula, a dificuldade é acompanhar a evolução acelerada da tecnologia que se faz presente no dia-a-dia.

6ª Categoria: Postura do professor considerada inaceitável

Os alunos do primeiro segmento de 16 a 24 anos, demonstraram que frequentemente alguns professores os discriminam, dificultando a relação entre professor e aluno estabelecida na sala de aula. Percebem um olhar excludente que conseqüentemente reflete a situação de repetentes, evadidos, que perderam uma primeira oportunidade. Relata Adriano: “Quando faço perguntas, o professor não responde, ignora. Parece que agente não está ali”. Esta fala do entrevistado, reforça o que diz Arroyo: “O direito à educação deve ultrapassar a oferta de uma segunda oportunidade de escolarização... Um novo olhar deverá ser construído, que reconheça os jovens e adultos em tempos e percursos de jovens e adultos”.(p.23 – 2006)

Para os alunos de 25 a 49 anos, alguns professores apresentam-se como “donos dos saberes”. São arrogantes e prepotentes, não se aproximam do aluno o que conseqüentemente, torna-se inexistente a troca de informações. Não dão importância para a bagagem que os alunos trazem, subestimam suas capacidades de organizarem e sistematizarem seus pensamentos. Para esses professores, não importa quem está falando ou o que está sendo dito.

Os alunos associam essas expressões às posturas dos profissionais que ali manifestadas, refletem atitudes pessoais. Relata Geovana: “O professor é superior. Ele é culto, os alunos não. Ele deve respeitar para ser respeitado”.

Os alunos do terceiro segmento de 50 a 60 anos, concordam com os do segundo. Não aceitam humilhação e falta de respeito. Além disso, reprovam atitudes discriminatórias e comparativas na sala de aula. Professores que perpetuam velhos modos de pensar e de agir, propiciam a manifestação de práticas utilizadas nos tempos de outrora. Práticas experimentadas em um passado perverso e desmotivador que constituíram um momento sombrio de suas histórias. Menciona o Sr. Manoel: “Eu poderia falar em uma única frase: devagar com o andar que o santo é de barro. Nós não conseguimos acompanhar nem o raciocínio, nem o movimento dos jovens. Somos mais lentos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a capacidade que o ser humano tem de adquirir conhecimento ao longo da vida, agregando valores, construindo história, expressando pensamentos e manifestando atitudes individuais e coletivas dentro e fora da escola, buscou-se no decurso das palavras que permearam este trabalho, valorizar, salientar e aproximar a cultura trazida pelos educandos da EJA, ao conteúdo curricular desenvolvido nessa modalidade de ensino.

Percebe-se que apesar de vivermos em uma sociedade globalizada, a discriminação e o preconceito ainda se faz presente dentro e fora dos muros escolares, deixando à margem da sociedade vários jovens e adultos que procuram juntos, mudar a realidade perversa da situação em que vivem. Esperam por atitudes frutíferas provocadas no interior da sala de aula, que promovam aprendizagens para além da valorização da riqueza cultural que possuem, propiciando uma integração entre a linguagem popular e a linguagem culta desenvolvendo mecanismos para a produção do seu próprio conhecimento.

A vivência da diversidade de experiência do adulto da EJA, somadas às inquietações dos jovens, provocam reflexões contundentes na busca por uma nova reconfiguração da Educação de Jovens e Adultos.

É necessário aprofundar a questão do processo de ensino aprendizagem da EJA, neste contexto, manifestam-se sujeitos que clamam por seus direitos como educandos e cidadãos críticos, que sabem o que querem, apesar de viverem mergulhados nas águas obscuras da exclusão o que, de certa maneira, só reforça a importância do educador da EJA, exercitando uma escuta e um olhar sensíveis sobre seu educando, na tentativa de ouvir a sua “voz” e escutando-a reconheça o seu saber.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Wagner Roberto do. Políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Conceitos e contextos. **Serviço Social em Revista**. Universidade Estadual de Londrina. Londrina: v.3, p.75-99, 2000.

ARANTES, Antônio Augusto. **O que é cultura popular**. Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ARAÚJO, Mairce da Silva. Ambiente Alfabetizador: a sala de aula como entre-lugar de culturas. In: **Novos Olhares sobre a Alfabetização**. Garcia, Regina Leite (Org.). São Paulo: Cortez, 2008

ARROYO, Miguel González . Educação de Jovens-Adultos. In: **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Soares, Leôncio; Giovanetti, Maria Amélia; Gomes, Nilma Lino (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação Como Cultura**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. Atualizada com as Emendas Constitucionais Promulgadas

_____. **Lei nº 9.394/96**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L9394.htm>> Acesso em 03 de nov. 2009.

_____. **Trabalhando com educação de jovens e adultos: alunos e alunas de EJA**. Brasília: MEC/SEF, 2001.

BURKE, Peter. **Cultura Popular Na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A Juventude e a Educação de Jovens e Adultos. In: **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Soares, Leôncio; Giovanetti, Maria Amélia; Gomes, Nilma Lino (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: Leitura do Mundo, Leitura da Palavra**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo; LINHARES, Célia Frazão. O pensamento pedagógico crítico no Brasil: a presença de Paulo Freire. Simpósio Paulo Freire. **Conferência**. Vitória: USE, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, 1995.

GUSMÃO, Maria José; MARQUES, A. J. **Educação de Jovens e Adultos**. Braga: Universidade do Minho, 1978.

ORTIZ, Renato. **Românticos e Folcloristas: Cultura Popular**. São Paulo: Olho D'Água, 1992.

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1983.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atual, 1993.

VALLA, Victor Vincent. **Apoio Social e Saúde: buscando compreender a fala das classes populares**. São Paulo: Loyola, 1998.

VOLPE, Geruza Cristina Meirelles. Jovens e Juventude(s): questões frutíferas e prementes para educadores e pesquisadores da EJA. Disponível em <http://www.fe.unicamp.br/gepeja/especializ_textos-sujeitos-eja.html> Acesso em 23 set. 2008.

UNESCO. **Declaração de Hamburgo sobre a educação de adultos: Plano de ação para o Educador**. CONFINTEA, 5. Hamburgo: UIE/UNESCO, 1997.